

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quíelise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Naeli —  
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —  
Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Naeli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —  
Francisco Escorsin

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-  
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Eloy Silva Batista  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

###### SUPLENTE

Fuad Naeli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —  
Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

###### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-  
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-  
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agilides de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.  
Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TURISMO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

###### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Quíelise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Naeli — Francisco Escorsin  
— Gilberto Carvalho

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —  
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

###### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

###### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

###### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

###### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.  
— Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lólio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

###### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

###### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíel-  
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

###### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

###### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —  
Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 28 de março de 1973



## RESOLUÇÃO N. 41-73

DATA: 19 de outubro de 1973

SUMULA: Aprova Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, para realização de Atividades Profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública SUCAM, para realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19.10.73.

JOÃO MANSUR — Presidente

## 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 228.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 19 de Novembro de 1973 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella e Basílio Zanusso.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (43); achando-se ausentes os srs. Deputados Antonio Maciel — João Fadel — Ivo Rocha e Leopoldo Jacomei. (4)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA.

...com a presença de 43 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

1) — Discussão única — da Proposição n.º 238-73, Veio apostado ao Projeto de Lei n.º 123-70, de autoria do ex-Dep. José Alencar Furtado que dá nova redação aos artigos 70, 95 e 102 da Lei n.º 5.871 de 6.11.68. (Estatuto Magistrado Público). Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — EM REGIME DE URGENCIA. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira às 14.00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 239-73.

Levanta-se a Sessão.

## 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

## Ata da 229.ª Sessão Ordinária

Realizada em 19 de Novembro de 1973 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Antonio Belinati.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (43); achando-se ausentes os srs. Deputados Antonio Maciel — João Fadel — Ivo Rocha e Leopoldo Jacomei. (4)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## MENSAGEM:

MENSAGEM N. 104-73

Curitiba, 9 de novembro de 1973

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Convenios celebrados entre o Governo do Es-

tado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Itambé, Mandaguari, Mandaguacu, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge D' Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

## CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Itambé, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção dos mesmos.

Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 1973, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Hisdei Moreschi, Prefeito Municipal de Itambé, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 itens VIII e, digo artigo 73 itens V a VIII da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 2 de 18.06.73), tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 292 de 10 de julho de 1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com util aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

## CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Itambé, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de (apre) aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distâncias, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis, materiais de limpeza e conservação;

VI — Consertos e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

## CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

## CLÁUSULA QUINTA — Prazo de Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

## CLÁUSULA SEXTA — Vigência.

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

## CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes



constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba-Pr., 20 de agosto de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

HISDEI MORESCHI — Prefeito Municipal

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

##### CONVENIO

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Mandaguari, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 15 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o senhor Antonio Galera Gonzalez, Prefeito Municipal de Mandaguari tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial no abnete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o quidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

##### CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto de Convenio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

##### CLAUSULA SEGUNDA — Definições e legislações:

A Polícia (judiciária) Civil Constituição Estadual Art. 56), nos termos do Art. 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia, digo, Polícia local e seus órgãos competentes.

##### CLAUSULA TERCEIRA — Da execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Mandaguari, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do art. anterior.

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I) — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou componentes locais;

II) — Pneus e componentes: revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III) — Conservação e reposição de peças; consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV) — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V) — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação.

VI) — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

##### CLAUSULA QUARTA — Da contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específico, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

##### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes houver denunciado a outra através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

##### CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

##### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, Pr., 15 de junho de 1973.

MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança

ANTONIO GALERA GONÇALEZ — Prefeito Municipal de Mandaguari

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

##### CONVENIO

Térmo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Mandaguari, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 03 dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Bonifácio Gomes Bonilha, Prefeito Municipal de Mandaguari, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 313 de 28 de agosto de 1973, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

##### CLAUSULA PRIMEIRA: — Objeto de Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitem melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotação do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

##### CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56) nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apurações de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

##### CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios ou não, destinados aos setores especializados do Instituto de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Mandaguari, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior: a) Diretamente através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos.

b) Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas.

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes papéis apropriados material de limpeza e conservação;

V — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

##### CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

##### CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado a outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

##### CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

##### CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 03 de outubro de 1973.

Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Bonifácio Gomes Bonilha — Prefeito Municipal de Mandaguari

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Maria Helena, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Roque Pantaleão Ribeiro, Prefeito Municipal de Maria Helena, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.48) tendo em vista a autorização Governamental de 21.07.72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 04-73 de 22.05.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto de Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção de ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apurações de infrações penais e contravencionais, a manutenção de ordem e preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios ou não, destinados aos setores especializados do Instituto de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal.

c) A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Maria Helena, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "B" do artigo anterior:

a) Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas.

I — O fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgão componente locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material ou limpeza e conservação;

V — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 25 de setembro de 1973

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Roque Pantaleão Ribeiro — Prefeito Municipal de Maria Helena

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança, presentes o Senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o

Senhor Luciano Micharki, Prefeito Municipal de São João do Triunfo, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-07-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos, estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento de capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera administrativa policial, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de São João do Triunfo, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I) — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II) — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III) — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV) — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação específica, digo, fiscal e, para execução e controle específicos haverá delegação à Chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na espera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 24 de agosto de 1973

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Luciano Micharki — Prefeito Municipal de São João do Triunfo

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE  
C O N V Ê N I O

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São Jorge d'Oeste, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 29 dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Cyro Poyer, Prefeito Municipal de São Jorge d'Oeste, tendo em



vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 62-73 de 20-08-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais, à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repór de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de São Jorge d'Oeste, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local

#### CLÁUSULA QUARTA — Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

#### CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

#### CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos a coletividade do Município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 29 de agosto de 1973

(aa) Mario Carneiró Poffes — Secretário de Segurança  
Cyró Poyer — Prefeito Municipal de São Jorge d'Oeste  
José Maria do Nascimento — Testemunha  
Eraylton Moreschi — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 184-73.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando a inclusão na Ordem do Dia; Projeto de Lei n.º 136-73, em Regime de Urgência.

— de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 286-73.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, usando de suas prerrogativas regimentais, requerem à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consi-

nado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Oscar Rech, ocorrido no último dia 15, na cidade de Palmas.

Pessoal largamente relacionada e benquista naquele Município por todos que o conheceram, exerceu o Sr. Oscar Rech o cargo de Prefeito Municipal, deixando com o seu passamento uma lacuna difícil de ser preenchida na relação dos homens, que, pelo seu pioneirismo, trabalho e amor à terra, ajudaram no progresso da Região.

Requerem, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1973

(aa) — Domicio Scaramella  
Quielse Crisóstomo

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção na Ata dos presentes trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de ontem, na cidade de Jaboti, neste Estado, do Senhor João Rodrigues Moreira.

O extinto foi Presidente do Diretório do ex-Partido Social Democrático, por vários anos, e atualmente pertencia ao Diretório da Aliança Renovadora Nacional, de Jaboti.

Era, ainda, pessoa grandemente relacionada e desfrutava de expressivo prestígio, tendo o seu passamento consternado a sociedade local.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento à ilustre Família enlutada, na cidade de Jaboti - Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973

(a) — Gabriel Manoel

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Marezi, Fiscal da Prefeitura de Cambira, ocorrido em 16 de novembro.

O extinto era antigo morador da cidade de Cambira, onde pelas suas qualidades pessoais grangeou a simpatia e a admiração da população local, integrando a comunidade como um dos seus mais dignos representantes.

Outrossim, requer, que da decisão do presente, se dê ciência à família enlutada e à Prefeitura Municipal de Cambira.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1973.

(a) — Gilberto Carvalho

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, um voto de regozijo pelo Jubileu de Ouro Sacerdotal do Frei Timóteo, ocorrido no Município de União da Vitória.

Desde o longínquo 11 de novembro de 1923 vem o Frei Timóteo Percici, Missionário de S. Francisco de Assis, desempenhando diuturnamente a sua árdua tarefa de servir ao Senhor, através do atendimento físico e espiritual dos fiéis católicos de União da Vitória e dos demais locais por onde sua Ordem Franciscana indicou.

As suas próprias palavras, com relação ao evento, bem demonstram a sua humildade e seu desejo de servir ao próximo: "Pelos meus 50 anos sacerdotais, minha alma agradece a gloriosa o Redentor, Cristo Jesus, que se dignou fazer-me participante de seu divino e eterno sacerdócio".

Requer, outrossim, seja enviada cópia do teor deste Requerimento à Associação dos Padres Missionários de São Francisco, em União da Vitória, bem como à Cúria Metropolitana.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1973.

(a) — Domicio Scaramella

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 274-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica proibido aos acionistas da TELEPAR a atual comercialização que se verifica na cessão para terceiros, a título de aluguel, de linhas telefônicas.

Art. 2.º — Os infratores serão punidos com o cancelamento de seus contratos junto à TELEPAR.

Art. 3.º — Nos casos mencionados no Artigo anterior, caberá à Direção da TELEPAR providenciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a devolução aos acionistas punidos, do dinheiro correspondente à avaliação do dia registrada nos preços dos telefones.

Art. 4.º — Quando houver o cancelamento de qualquer telefone por infração à presente Lei, a Direção da TELEPAR deverá cedê-lo para outro interessado que esteja há mais tempo na fila de espera para obtenção deste importante serviço.

Art. 5.º — A Direção da TELEPAR comunicará aos seus acionistas, na maior brevidade possível, a vigência desta Lei, para que ninguém alegue ignorância.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 19 de Dezembro, em 19 de novembro de 1973

(a) — Antônio Belinati

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de abolir um novo e desastroso comércio que se implantou no Paraná: aluguel de telefones. Há elementos que chegaram a organizar até firma comercial para operar neste ramo. Isto vem encarecendo os preços dos telefones, chegando a tirar a oportunidade de muitos que desejavam possuir um aparelho em casa ou em sua firma, pois o atual mercado paralelo encareceu sensivelmente os preços dos aparelhos, o que é lamentável, por tratar-se de serviço público.

##### PROJETO DE LEI N.º 275-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão no valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cecília Back Selhorst.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1973

(a) — Wilson Fortes



**JUSTIFICATIVA:**

O plano de Lei visa a viúva do Senhor Jacob João Selhorst, recentemente falecido na cidade de Paranavai.

O extinto, pioneiro do Distrito de Catarinenses, durante 18 anos serviu a população como Sub-Delegado de Polícia. Na sua prestação gratuita de serviços, esqueceu-se de si para auxiliar o próximo.

A viúva acha-se em situação difícil, por isso proponho à consideração dos nobres Pares que lhe seja concedida uma pensão que, embora pequena, servi-lhe-á para minorar as dificuldades que atravessa.

Creio, ser de inteira justiça que o Estado socorra aqueles que serviram gratuitamente, a causa Pública.

Com estas razões apresento o Projeto supra, certo de receber acolhida por parte dos nobres Pares.

**PROJETO DE LEI N.º 276-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Evangélico de Curitiba, com sede na Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1973.

(a) — Igo Losso

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro Evangélico de Curitiba, tem finalidades das mais meritórias, visando não só o sentido espiritual do povo, mas também os setores assistenciais e educacionais, como se depreende de seus estatutos anexos.

Os membros da Diretoria nada percebem em termos de pagamentos ou subsídios e todos os recursos são aplicados integralmente em suas nobres finalidades.

Seus estatutos encontram-se devidamente registrados no 2.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos de nossa Capital, com averbação n.º 784 — livro A, fundada que foi em 23 de maio de 1971.

São inegáveis os trabalhos realizados pela entidade durante este período. O último deles está representado pela grande campanha popular anti-tóxica, que tem o lema "As drogas matam, Cristo Liberta".

Dai, a razão pela qual esperamos haja aprovação da matéria, por, ser de justiça.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença no Plenário do Sr. Lauro Lopes, Prefeito de Castro, e Sr. Nelson Meyer, Vice-Prefeito de Castro; do Sr. Rolando Mariucci, Prefeito de Capanema; do Sr. Benedito Pinto Dias, Prefeito de Paranavai; do Sr. João Ferreira dos Santos Presidente da Câmara Municipal de Manguieirinha; e do Sr. Deputado Federal, Alípio Ayres de Carvalho.

Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O objetivo é apenas comentar o Projeto de Lei que apresentamos nesta tarde, para apreciação dos nobres Pares. É um Projeto que tem por finalidade determinar a proibição e o banimento de um comércio que reputamos bastante danoso, para o comércio e para o povo de um modo geral; é o comércio que se implantou no Paraná, para o aluguel de telefones. Sobretudo, em cidades onde a TELEPAR é a responsável por esse importante serviço de comunicação, e em especial, em Curitiba. Tivemos uma alta de 2 anos para cá, de aproximadamente 300 por cento, nos preços dos aparelhos telefônicos. Foram organizadas verdadeiras firmas Comerciais que se especializaram no ramo de aluguéis de telefones. Assim é que esses aluguéis já estão sendo cobrados até mesmo à base de 300 cruzeiros por mês, por telefone.

Assim é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que com a existência de firmas especializadas para o aluguel de telefones, nós estamos verificando que milhares de pessoas desejosas de possuir seu aparelho telefônico, estão desistindo de fazê-lo em virtude do encarecimento do preço do telefone. Em se tratando de um serviço público, entendemos e defendemos mesmo que este Projeto poderá proporcionar um barateamento no preço do telefone. E a TELEPAR, através da sua direção, de seus Diretores, poderá impedir que um elemento possuindo aparelhos telefônicos, venha a se especializar no aluguel de telefones; e sabemos até mesmo de firmas, que na Rua Barão do Rio Branco, não fazem outra coisa senão comprar, alugar e vender telefones.

O aparelho que poderia ser entregue ao povo na ordem de 4.500 cruzeiros, em virtude desse comércio danoso, está sendo vendido por 8 e meio ou 9 mil cruzeiros. Portanto, este é o nosso Projeto, acabar com o aluguel de telefones. Porque diz o próprio regulamento da Telepar, que o cidadão não é dono do aparelho, é apenas acionista da Telepar, para o direito de uso do telefone. Se ele não está usando, se está pagando para não usar, para transferir, que negocie seu telefone com a TELEPAR, que poderá tomar as devidas providências, que poderão ser ampliadas com a aprovação do nosso Projeto, proibindo que daqui para a frente os telefones continuem sendo alugados, por estes elementos às vezes que possuem telefones alugados e que estão encarecendo o serviço que é público e que é necessário para o desenvolvimento da nossa capital.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em Plenário, do Sr. Prefeito de Manguieirinha e do Presidente da Câmara Municipal daquela cidade.

Em razão do falecimento do Sr. Rodolpho Coimbra Netto, irmão do Sr. Horácio Coimbra, a Sessão Soene marcada para 22 do corrente, quinta-feira, em que seria entregue o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Horácio Coimbra, fica suspensa, e esta Presidência marcará outra data para fazer a entrega daquele Título.

Fica marcada para o dia 22, uma Sessão Extraordinária, às 15,00 horas para a eleição dos Deputados que comporão a chapa, a 15 de janeiro, para a eleição da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última sexta-feira, no Palácio Iguaçu, assistimos a um ato do Sr. Governador do Estado, dos mais significativos, em se tratando do desenvolvimento da Região Sudoeste do Paraná.

Não poderia deixar de vir a esta Tribuna para, em nome da parcela de opinião que represento nesta Casa e especialmente em nome de Pato Branco, Vitorino, Renascença, Marmeleiro e Francisco Beltrão, cumprimentar o Governador do Estado pela assinatura dos contratos que haverão, nos próximos 300 dias, de pavimentar a BR 5, Rodovia importantíssima para a interligação dos Municípios da área do Sudoeste do Paraná com a Capital do Estado.

O Sr. Governador do Estado, por ocasião da assinatura dos referidos contratos com as firmas Raimundo Ferreira e Isfer, significou bem quanto às exigências governamentais para o cumprimento das cláusulas contratuais.

Teremos, em nossa Região, neste Governo realizador de Emílio Gomes, mais uma importante obra que por certo haverá de significar bem a operosidade de S.Exa..

Estes cumprimentos são feitos no instante em que o Governador do Estado, preocupado em acelerar o desenvolvimento da Região Sudoeste do Paraná, vem de publicar também concorrência pública para as obras das rodovias consideradas alimentadoras ou vicinais que haverão de atender extensa Região do Sudoeste do Paraná, porquanto nessa licitação já também de projeto final de engenharia, estão incluídas as rodovias que haverão de ligar Três Pinheiros — Pato Branco, via Chopinzinho, São João, São Jorge do Oeste e Dois Vizinhos; estrada Realeza, Salto do Lontra, Dois Vizinhos; estrada Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Dois Vizinhos e Foz do Chopim além de outras importantes ligações para aquela Região. — (Sem revisão do orador). (Assume a Presidência o Sr. Deputado Santos Lima)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, terceiro orador inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos, neste instante, as palavras do ilustre Líder do Governo, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, congratulando-se com o Governo do Estado pelo contrato de asfaltamento da estrada que demandará de Pato Branco a Francisco Beltrão, PR 5. Nós também, como Representantes que somos da Região Sul do Estado do Paraná, queremos nos congratular com o ato do Sr. Governador do Estado.

Mas, vai aqui nosso pedido ao Líder do Governo, pedido esse que temos feito, por diversas vezes, desta mesma Tribuna, inclusive através de Requerimentos dirigidos a S.Exa. o Sr. Ministro dos Transportes, para que a estrada de General Carneiro a Pato Branco não fique só no papel. É preciso que S. Exa. o Sr. Ministro Mário Andreazza, autorize ao Estado o asfaltamento daquela estrada. Porque, essa estrada, hoje enquadrada como BR 280, mas poderá ser PR 5, conquanto que seja construída no menor prazo de tempo possível. Porque, União da Vitória foi sempre considerada a "porteira do Sudoeste", e, no momento, se lhe forem dadas condições, voltará a ser a "porteira do Sudoeste".

Quero, portanto, congratular-me, neste instante, com o nobre Líder do Governo, pelo seu pronunciamento.

Desejo, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhar à Mesa um Requerimento propondo um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oscar Rech, ex-Prefeito de Palmas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência registra, com satisfação, a presença no Plenário, do Sr. Antônio Bessaret, digno Vereador de Goioerê.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acompanhamos a frustração, a tristeza e o desalento com que os eleitores do Município de Francisco Alves receberam a notícia da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, com base na Lei Complementar n.º 1, cancelando as eleições programadas para o último dia 15, para o Município mais novo do País, e que seria o único a exercer, livremente, o direito de escolha de seu Prefeito Municipal, este ano.

O desalento, a frustração, a tristeza dos eleitores daquele Município, após uma campanha política das mais vibrantes, pelo espaço de 60 dias, e, que ao final dessa campanha, na undécima hora, foram surpreendidos com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

Tivemos oportunidade de ler as declarações, nos jornais de nossa Capital, do eminente Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares e também do Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado João Mansur. Os dois Líderes arenistas relataram com fidelidade o clima de frustração e a tristeza, existentes naquele Município. Porém, em apenas um aspecto, divergimos dos pronunciamentos dos dois ilustres Deputados, porque se a tristeza, a frustração, o desalento, se abateram sobre a cidade de Francisco Alves, muito mais desalento, mais tristeza e mais frustração se abateram sobre os candidatos do MDB que, tranquilamente, se eleições houvessem, no último dia 15, deveria o candidato do Movimento Democrático Brasileiro ter alcançado, com a soma de 70% aproximadamente, dos votos, o que seria uma consagrada vitória essa que se pronunciava com certa e pesquisas feitas por pessoas não residentes em Francisco Alves, consequentemente insuspeitas, ouvindo a manifestação dos eleitores locais, afirmavam categoricamente que a vitória pertenceria aos candidatos do MDB.

Por esta razão, gostaria desta Tribuna de destacar aos eminentes Srs. Deputados desta Casa a frustração, o desalento e a tristeza dos eleitores de Francisco Alves que na undécima hora se virem privados do exercício do voto secreto e direito para eleger o seu 1.º Prefeito Municipal.

O Sr. Fuad Nacii — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) É uma satisfação apartar o nobre Deputado líder do MDB, mas nós, como Deputado, que conhecemos o Vale do Piquiri, não estivemos presentes em Francisco Alves, mas não aceitamos e não concordamos com o seu pronunciamento, com referência a possível vitória da oposição naquela cidade. O Paraná todo e os Municípios vizinhos de Francisco Alves tinham, como tranquilidade, a eleição da ARENA naquele Município.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte e respeito o ponto de vista de V.Exa. porque se V.Exa. no seu aparte espelha o pensamento da ARENA, quero afirmar a V.Exa., desta Tribuna, que espelhamos aqui o pensamento do MDB, pensamento esse que foi calçado em pesquisa realizada no Município nos dias 11, 12, 13 e 14, por pessoas insuspeitas, ouvindo eleitores de Francisco Alves, não só na sede do Município, como também em Rio Bonito e Bairro do Catarinense.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Primeiramente, direi a V.Exa. que o aspecto de quem seria o ganhador é irrelevante. O mais irrelevante no exame da situação em Francisco Alves, apesar de V.Exa. dispor de um Instituto Gallup nas imediações de Francisco



Alves, é dar uma vitória ao MDB e digo a V. Exa., com toda convicção que nós da Arena também confiávamos na vitória dos candidatos da ARENA.

Acho que é um aspecto subjetivo de difícil análise. Claro que o MDB acreditava na sua vitória, como a própria ARENA acreditava na sua. Mas, há um aspecto que quero ressaltar no episódio de Francisco Alves, que para mim tem mais relevância do que o analisado por V. Exa.: líderes da ARENA em Francisco Alves consideravam um melhor resultado perder para o MDB do que deixar de ganhar a sua emancipação. Quero deixar claro a V. Exa., a fim de evitar algumas insinuações maldosas que têm propalado às escuras na análise do adiamento dessa eleição, de que a Aliança Renovadora Nacional de Francisco Alves, como a Aliança Renovadora do Paraná recebeu também, com frustração e tristeza, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Estranho que essa decisão tenha sido tomada na undécima hora, como disse V. Exa. porque tendo conhecimento, como tive, da eleição em Francisco Alves, é estranho que tenham sido suspensas exatamente às 17,30 horas do dia anterior ao pleito. Mas, de qualquer maneira, acho que foi um exercício vigoroso à prática democrática, os preparativos pré-eleitorais e quanto a quem seria o ganhador, nós dividimos a decisão. Acreditamos que a ARENA seria a vencedora, como V. Exa. acredita que o MDB é que seria o vencedor. Era o aparte que queria oferecer a V. Exa....

O SR. MAURÍCIO FRUET — Fico com V. Exa. neste aspecto subjetivo pois se dispunhamos, como afirma V. Exa. deste local deste Plenário, se dispunhamos de um pequeno ou grande instituto "Gallup" para nos fornecer aquele resultado, talvez V. Exa. dispusesse de algum Ibope na Região para as suas afirmativas.

Mas, realmente, é um aspecto subjetivo e lamentamos a não realização das eleições naquele Município que daria a tão sonhada emancipação de um povo que quer pelo seu trabalho, pelo seu esforço, pelo seu sacrifício trabalhar pelo desenvolvimento daquela Comuna efetivamente uma das mais férteis e ricas do Paraná.

É justamente neste aspecto que gostaríamos de abordar outro problema. Afirmou-se e afirma-se que Francisco Alves, talvez, estivesse sob a possibilidade de ver o regime de intervenção, justamente, para sanar problemas de ordem administrativa do mais jovem Município do País.

Vejam Vs. Exas. que a interventoria no Município de Francisco Alves dá margem a uma série de interpretações de ordem jurídica. Um Interventor no Município, assegurando sua total emancipação, dar-lhe-ia condições para que se taxasse os impostos municipais, fizesse convênios com o Governo Estadual. Infelizmente, não haveria, no nosso entendimento, qualquer possibilidade de ocorrer isto, uma vez que o Interventor não teria as condições mínimas legais para dirigir o Município sem a cobertura de um Poder Legislativo. Para que houvesse a cobertura deste Poder Legislativo haveria a necessidade da realização de eleições para a Câmara Municipal de Francisco Alves, fato que é impedido por essa determinação do Superior Tribunal Eleitoral com base na Lei Complementar n.º 1 que deu origem à decisão do último dia 14 do mês em curso.

Por esta razão faríamos, daqui, um apelo a todos os Deputados desta Casa, em especial à Liderança da Aliança Renovadora Nacional e à Liderança do Governo no sentido de que os Srs. Deputados junto ao Presidente do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro, nosso eminente José Muggiati Filho e junto ao eminente Presidente do Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional, ilustríssimo Senador Accioly Filho, envidassem esforços, gestões de ordem jurídica junto ao Tribunal Superior Eleitoral com o objetivo de obter uma autorização, talvez até de exceção, mas que não fira as normas jurídicas, e cujas normas jurídicas venham de encontro aos anseios de um povo que deseja totalmente sua emancipação.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Realmente, V. Exa. tem razão quando afirma que a interventoria não teria suporte legal. Realmente, não há diploma legislativo que autorize uma interventoria no Município de Francisco Alves, salvo através de uma legislação de emergência que viabilizasse a instalação do Município.

De certa forma tenho uma vinculação com o episódio da criação do Município de Francisco Alves e gostaria de dar o meu testemunho a V. Exa. Quando tramitava por esta Casa o Projeto que conferia o "status" municipal ao então distrito de Francisco Alves, tive o prazer de ser o Relator na Comissão de Constituição e Justiça. Lá propus uma Emenda que estava assim redigida: "Esta lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1975", isto porque a Lei Complementar n.º 1 que regula a criação de Municípios, é no sentido de que os Municípios só poderão ser criados quadrienalmente, no ano anterior à eleição municipal.

Todavia, ao encerrar a Lei, considerou o Governo do Estado de que, pelo dispositivo, não teria necessidade e fez introduzir outros, cujo texto era mais ou menos o seguinte:

"Esta Lei entrará em vigor quando for aprovada pelo Presidente da República, nos termos do Ato Complementar n.º 46".

E o Ministério da Justiça, ao dar Parecer favorável à criação do Município, textualmente afirmou:

"A Lei Complementar n.º 1, se estava em vigência, também estava com a sua eficácia paralisada".

E a Lei foi aprovada pelo Presidente da República dentro do espírito do Ato Complementar n.º 46, desprezando-se as normas da Lei Complementar n.º 1, entendida pelo Ministério da Justiça como de eficácia paralisada. Mas a ação do Tribunal Superior Eleitoral foi no sentido de acolher a vigência da Lei Complementar n.º 1.

Realmente, a matéria é um pouco controversa sob o ponto de vista jurídico e me parece que havia necessidade dos escalões federais precisarem juridicamente a matéria, talvez propondo um novo estatuto dos Municípios, olhando de direm as enormes dúvidas que assaltam não só o legislador, como todos aqueles que estão familiarizados, que querem estar familiarizados com a matéria.

É a proposição de V. Exa. no sentido de ambos os Diretórios se irmarem no sentido de procurar uma solução, eu tenho certeza que terá acolhida e, acho de muito boa inspiração, e, desde já pode contrar V. Exa. com o nosso apoio, com o meu apoio porque me parece ser uma medida que responde a uma necessidade de urgência imediata e premente; de qualquer maneira, há também um outro aspecto a ser analisado, porque se a Constituição Federal manda que a instalação dos Municípios se dê através da eleição de Prefeitos e Vereadores, e estas deverão ser simultâneas em todo o País, há um dispositivo que também autoriza o Tribunal Regional Eleitoral, ou melhor, à Justiça Eleitoral, a marcar as eleições. De maneira que há um certo conflito naturalmente sanável, mas que está a exigir ou da Presidência da República ou do Congresso Nacional, uma definição.

Era o testemunho que eu tinha a dar a V. Exa.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa.

Ao encerrar a nossa manifestação, gostaríamos de salientar dois aspectos positivos verificados no transcurso desta campanha; o primeiro deles diz respeito ao exercício pleno da democracia no pequeno Município de Francisco Alves, um Município que, em função da singularidade de ser o único no território nacional onde se realizariam eleições, chamou para si a atenção de todo o povo brasileiro; líderes políticos da mais alta expressividade, tanto da Aliança Renovadora Nacional, como do Movimento Democrático Brasileiro, lá estiveram, levando a sua mensagem de democracia, a sua mensagem de liberdade, fazendo com que um povo muitas vezes esquecido neste Estado, recebesse as atenções dos líderes políticos e das maiores inteligências em cultura, deste Estado e desta Nação.

O segundo aspecto positivo que vamos ressaltar agora, é de um aplauso especial a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, pelos métodos administrativos adotados no Município de Francisco Alves, métodos estes que, tenho certeza, serão adotados a partir de agora em todos os outros Municípios do Estado do Paraná: atitudes como, por exemplo, da extensão da eletrificação rural ao Bairro dos Catarinenses num total de 15 km, em tempo recorde, que merece o nosso regozijo e o nosso aplauso; máquinas do Departamento de Estradas de Rodagem realizando os tão necessários serviços de infraestrutura nas estradas do Município e nas vias públicas daquela cidade; a ação altamente elogiável a SANEPAR iniciou um trabalho de abastecimento de água daquela cidade inclusive uma placa que existe em Francisco Alves em cujo terreno se encontra a placa, foi objeto dos serviços de terraplenagem por parte do DER. Placa esta, que afirma: "Neste local será edificada a futura sede do Banco do Brasil". Fatos como este merecem o nosso aplauso e nós nos regozijamos com a população de Francisco Alves que em tão pouco tempo recebeu tão grandes benefícios. E esperamos e temos certeza que esta conduta do Governo do Estado adotada nestes últimos sessenta dias em Francisco Alves se constituirá também numa norma definitiva de prestação de serviços à comunidade paranaense em todos os Municípios do nosso Paraná, para engrandecimento do Estado e para a glória do Paraná.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de dar incômodos à atitude de V. Exa. que depois de um discurso inflamável onde deixou transparecer o desalento de toda uma população, de uma população composta de eleitores variados porque o desalento foi de ambos os lados, tanto assim, que ambos atribuem uma vitória fácil que nós não temos condições de julgar.

Mas, Sr. Deputado, quando V. Exa. pertence a um partido de oposição, do que se tem feito naquele Município, é claro que as palavras de V. Exa. merecem toda fé. E o que queremos elogiar neste momento é a atitude e o desprendimento, porque sabemos que V. Exa. não faz isto porque esteja querendo bajular o Governo. Sabemos que está muito longe da sua personalidade, uma atitude desta natureza. De modo que queremos, em nome do Governador Emílio Gomes, agradecer as palavras que V. Exa. pronuncia hoje da Tribuna.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. e a esperança, volto a repetir, que temos, de que estas medidas de ordem administrativa adotadas em Francisco Alves, sirvam de exemplo aos demais dirigentes que integram a equipe do Governo para adotarem com a mesma presteza, a mesma eficiência, e a mesma rapidez em todos os Municípios do Paraná.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Maurício Fruet, muito obrigado a V. Exa. Gostaria de significar que realmente o Governador Emílio Gomes está cumprindo o que prometeu, quando assumiu o Governo. Realizar numa semana o que normalmente era possível realizar num mês. Portanto, V. Exa. não se surpreenda com a velocidade com que inúmeras obras públicas estão sendo desenvolvidas e realizadas no Estado do Paraná. No setor especial de energia elétrica o Estado do Paraná já cobriu a totalidade das sedes municipais que por ventura não tivesse até há pouco tempo tido ainda o privilégio de contar com os serviços de luz e força. Veja V. Exa. que do plano Copel-Bide, nós já cobrimos mais de 80% dos distritos judiciários do nosso Estado, nada mais justo portanto que Francisco Alves, além de ter luz e energia na sua sede, já esteja levando este importante serviço para as áreas desenvolvidas, como no caso das Linhas das Catarinas. No setor de abastecimento de água, nobre Deputado, V. Exa. deverá observar que com o volume de dinheiro que hoje dispõe o PLANASA, nós já estamos desenvolvendo um trabalho do Governo do Estado, que visa cobrir 80% dos centros urbanos, que podem ser caracterizados com densidade demográfica razoável, como é o caso de Francisco Alves, hoje, uma sede em franco desenvolvimento. Não é novidade também que se melhora as estradas de Francisco Alves. No instante em que este Governo está voltando a sua atenção em especial para dois setores da administração, com maior volume de verbas: — educação e estradas melhores V. Exa. vê, quase que toda semana, licitação de obras, convênios em que visa dotar o Estado de um parque viário em melhores condições. Portanto, quero cumprimentar o nobre Líder do MDB, por reconhecer no Dr. Emílio Gomes, esta capacidade de, com velocidade em implantar obras de infraestrutura que visem melhorar as condições de vida do homem do interior. Mas, para mim isto não é surpresa, porque convivo com S. Exa. e tenho acompanhado sua capacidade de trabalho. Mas não podia deixar de registrar, em nome do Governo e em nome da Liderança do Governo, os meus profundos agradecimentos e reconhecimento à inteligência de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. e concedo o aparte ao eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Só queria fazer um reparo ao aparte do nobre Deputado Arthur de Souza, quando disse que os conceitos emitidos por V. Exa. revelavam uma imparcialidade. Acredito que o empolgamento e a alegria de V. Exa. com a obra administrativa do Governo em Francisco Alves, decorre de saber de antemão que o grande beneficiário de tais empreendimentos era o MDB, uma vez que V. Exa. estava convicto na vitória do Partido da Oposição à Prefeitura Municipal de Francisco Alves. Nada mais justo que V. Exa. então demonstre essa efusiva alegria com as obras administrativas do Governo porque o grande beneficiário em última instância seria a administração emedebista de Francisco Alves.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Permita-me discordar de apenas um aspecto. O grande beneficiário foi realmente não o MDB mas sim o povo de Francisco Alves.

E, com relação ao aparte brilhante do eminente e incólito líder do Governo nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, gostaria de acrescentar apenas um aspecto no seu raciocínio, o de que a rapidez, a eficiência e o dinamismo das obras realizadas pela administração estadual no Município de Francisco Alves, nos últimos 60 dias, foi algo nunca visto em terras paranaenses. E esperamos que o exemplo demonstrado pela administração pública estadual em Francisco Alves, nos dias que antecederiam o pleito eleitoral, que não se rea-



lizou no dia 15 de novembro, estas medidas sejam adotadas em todos os Municípios do Estado do Paraná.

Como, por exemplo, recentemente estivemos no Norte Pioneiro e as estradas que ligam os Municípios de Ibatí, Pinhalão, Japira, Tomazina, Wenceslau Braz com pouca chuva, se tornam intransitáveis. Temos esperanças e certeza de que o exemplo de Francisco Alves será também adotado nestas estradas em poucos dias e obras necessárias sejam ali realizadas e podemos enumerar muitos outros Municípios que de há muito se ressentem destes benefícios.

Mas agora, Sr. Líder do Governo, agora, eminentes Srs. Deputados, temos certeza de que o exemplo de Francisco Alves, inclusive até se tornarão como norma deste Governo, de quem o Paraná espera tanto e, tenha certeza V. Exa. que o Movimento Democrático Brasileiro, ao lado de sua missão fiscalizadora, ao lado muitas vezes de suas críticas, aqueles que exercem o cargo do Executivo, não se furtará em instante algum em trazer, desta Tribuna, e dizer ao povo, os mais calorosos elogios às autoridades administrativas desde que seus atos venham de encontro não a uma parcela emedebista mas sim ao encontro e interesse de toda a comunidade do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com satisfação registro a presença, neste Plenário, do Sr. Deputado Federal Fernando Gama, segundo Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
com a presença de

ORDEM DO DIA,  
Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 194-72, que inclui no art. 129, da Lei n.º 6.174 de 16-11-70, o inciso que especifica. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 194-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. O artigo 129, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar acrescido do inciso seguinte:

"Art. 129.  
III — O tempo correspondente à prestação de serviços extraordinários, por designação do Chefe da Repartição, na forma regulamentar".

Art. 2.º. O artigo 175, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 175.  
Parágrafo único. O funcionário a quem foi ou for cometida a designação para prestação de serviços extraordinários, a requerimento seu, instruído com os comprovantes de efetivo exercício, terá computado para todos os efeitos legais, os respectivos períodos, respeitando-se, para a conversão, os critérios estabelecidos no artigo 132".

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 8-73, que declara de Utilidade Pública a Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 08-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 112-73, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura padronizar uniformes usados nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 112-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Ficam padronizados todos os uniformes usados nas escolas públicas da rede estadual de ensino, atendendo-se as condições climáticas de cada região.

Art. 2.º. A fixação do tipo dos uniformes ficará a cargo de uma Comissão Especial da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3.º. Nenhum estabelecimento de ensino público poderá estabelecer qualquer outro uniforme paralelo, sem que haja a devida aprovação da Comissão Especial de que trata o artigo 2.º.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 138-73, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antônio, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 138-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antônio, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul, Município do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 162-73, que reconhece como de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Públicos do Paraná e dá outras providências. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 162-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Capital do Estado, na qualidade de órgão oficial de representação da classe, conforme dispõe o artigo 342, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, é considerada de utilidade pública, e se lhe asseguram todos os direitos e prerrogativas mencionadas na Lei Federal n.º 1.134, de 15 de junho de 1950.

Art. 2.º. Fica a mesma reconhecida como pessoa consignatária, junto aos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como junto aos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Polícia Militar e empresas de natureza estatal para efeito de descontos em folha de vencimentos e salários, mediante autorização expressa de funcionários ou empregados de qualquer regime jurídico, ativo, inativo ou em disponibilidade, que se refilam a mensalidades sociais, seguros de vida ou operações resultantes de assistência financeira, social, médico-hospitalar e outros, inclusive fiança de alugéis.

Art. 3.º. O disposto no parágrafo 2.º do artigo 342, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, aplica-se ao Secretário da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 197-73, que concede Título de Cidadão Honorário, ao Sr. João Milanez. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 197-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Milanez.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 228-73, que objetiva criar no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar e dá outras providências. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 228-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar, para o desempenho de trabalhos e tarefas complementares aos dos cargos ocupados por funcionários públicos.

Art. 2.º. O Pessoal Suplementar será sempre admitido ou reconduzido para o exercício financeiro e perceberá salário na base da jornada semanal de trabalho efetivamente realizado.

Parágrafo único. No salário que perceber em cada mês, o Pessoal Suplementar fará jus aos dias em que não houver expediente oficialmente declarado, desde que tenha comparecido ao serviço durante os demais dias da respectiva semana.

Art. 3.º. O Pessoal Suplementar será admitido ou reconduzido nas categorias de PS-1 (braçal), PS-2 (auxiliar) e PS-3 (profissional).

Parágrafo único. A especificação funcional de cada categoria de Pessoal Suplementar, far-se-á mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4.º. O salário mensal do Pessoal Suplementar, determinado em função da jornada semanal de trabalho, de 24, 32 ou 40 horas, tem por base o salário mínimo fixado para a Capital do Estado, na seguinte proporção:

CATEGORIA	JORNADA SEMANAL (n.º de horas)	SALÁRIO MENSAL
PS-1	24	0,6 salário mínimo
PS-1	32	0,8 salário mínimo
PS-1	40	1,0 salário mínimo
PS-2	24	0,9 salário mínimo
PS-2	32	1,2 salários mínimos
PS-2	40	1,5 salários mínimos
PS-3	24	1,2 salários mínimos
PS-3	32	1,6 salários mínimos
PS-3	40	2,0 salários mínimos

Art. 5.º. Além do salário previsto no artigo anterior, o Pessoal Suplementar poderá perceber o salário família e diárias.



Art. 6.º. O salário família e a tabela de diárias devidos ao Pessoal Suplementar será fixado em decreto, a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7.º. Ao Pessoal Suplementar cabem as seguintes licenças:

- I — para tratamento de saúde;
- II — quando acidentado no exercício de suas atribuições;
- III — quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia, cegueira, lepra, paralisia e cardiopatia grave;
- IV — quando convocado para o serviço militar;
- V — à gestante

Art. 8.º. O Pessoal Suplementar terá direito aos seguintes afastamentos com remuneração:

- I — 20 (vinte) dias consecutivos de férias, depois de cada ano de efetivo exercício;
  - II — 8 (oito) dias por motivo de casamento, ou luto por falecimento de cônjuge, filho, pai, mãe, ou irmão;
  - III — 2 (dois) dias para cumprir obrigações eleitorais;
  - IV — 1 (um) dia para registro civil dos filhos.
- Art. 9.º. É proibido a acumulação de férias e levar à sua conta qualquer falta ao trabalho.

Art. 10. Após um período de carência de 3 (três) anos de efetivo exercício poderá ser concedida aposentadoria ao Pessoal Suplementar e pensão aos seus herdeiros, em caso de falecimento.

§ 1.º. A aposentadoria será concedida:

- a) — compulsoriamente, quando atingir a idade de 70 (setenta) anos;
- b) — a requerimento, independentemente de inspeção de saúde, se contar com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço se do sexo masculino e 30 (trinta) anos se do sexo feminino;
- c) — quando verificada a sua invalidez para o serviço público;
- d) — quando inválido, em consequência de acidente ou agressão não provocada, no exercício de suas atribuições, ou de doença profissional;
- e) — quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave e outras moléstias que a Lei indicar, na base de conclusões da medicina especializada;
- f) — quando, depois de haver gozado 24 (vinte e quatro) meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, se verificar não estar em condições de reassumir o exercício do cargo.

§ 2.º. Nos casos das alíneas "c", "d", "e" e "f", serão dispensados do período de carência de que trata este artigo.

Art. 11. Os proventos de aposentadoria do Pessoal Suplementar serão integrais:

- I — para os que contarem 35 (trinta e cinco) anos de serviço público estadual se do sexo masculino e 30 (trinta) anos se do sexo feminino;
- II — para os que se invalidaram por acidente ocorrido em serviço, por molestia que esteja relacionada na alínea "e" do § 1.º, do artigo anterior.

Art. 12. Os proventos de inatividade nos demais casos, além dos previstos no artigo anterior, serão proporcionais ao tempo de serviço, na razão de 1/35 (um trinta e cinco) avos para os homens e de 1/30 (um trinta) avos para as mulheres, por ano de serviço.

Art. 13. Os integrantes das categorias de Pessoal Suplementar gozarão dos favores do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, para o que ficam sujeitos à contribuições a serem fixadas em Decreto.

Art. 14. Em cada Secretaria de Estado, Departamento Autônomo, Autarquia e nos demais Poderes do Estado, poderá haver uma Tabela de Pessoal Suplementar, aprovada pelo Governador do Estado, com a indicação de número, categoria, jornada semanal de trabalho e o salário diário correspondente, observando-se, na sua criação ou alteração, o limite das dotações orçamentárias próprias.

Art. 15. Nenhuma admissão ou recondução de Pessoal Suplementar poderá ocorrer sem prévia aprovação do Governador do Estado e publicação, no Diário Oficial, da Tabela a que se refere o artigo anterior.

Art. 16. Cabe ao Secretário de Estado, ao Diretor de Departamento Autônomo, ao Dirigente de Autarquia e aos Presidentes dos demais Poderes do Estado, baixar os atos necessários à Administração do Pessoal Suplementar, ocupante das categorias previstas na respectiva Tabela, enviando cópia de cada ato ao respectivo Órgão Central de Pessoal, para efeito de controle e publicação no Diário Oficial.

Art. 17. Será feita, no início de cada exercício financeiro, a revisão das Tabelas de Pessoal Suplementar dos órgãos referidos no artigo 16, desta Lei.

Parágrafo único. Esta revisão compreenderá a recondução do Pessoal Suplementar considerado indispensável, a inclusão de novas funções e dos nomes propostos, a vigorar a partir do exercício financeiro, respeitada sempre a dotação orçamentária própria.

Art. 18. Cabe ao Órgão Central de Pessoal manifestar-se sobre as condições de admissão do Pessoal Suplementar, quanto à natureza das atividades a serem desempenhadas, às relações de emprego, à equivalência, semelhança e correspondência de encargos e obrigações, à seleção e outros aspectos de administração do Pessoal.

Art. 19. O Pessoal Suplementar não poderá ser desviado para serviços diferentes daqueles para que foi admitido.

Art. 20. No prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta Lei, será baixado decreto de sua regulamentação.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 249-73, que solicita autorização para contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos Órgãos da Administração Direta ou Indireta, Bancos, ou Sociedades de Economia Mista conforme especifica. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154-73, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), à Diocese de Cornélio Procopio. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174-73, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178-73, de autoria do Dep. Emílio

Carazzai, que declara de Utilidade Pública, o Movimento Pró-Creche Nossa Senhora do Rocio de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 224-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 83-73, encaminhando anteprojeto de Lei de Orçamento para o Exercício Financeiro de 1974. Com parecer da Comissão de Orçamento. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51-73, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar "Engenheiro José Faria Saldanha" Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 51-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar "Engenheiro José Faria Saldanha".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1973.

(c) Dep. José Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de lei doar ao município de Munhoz de Mello as instalações de madeira, onde atualmente funciona o Grupo Escolar já nominado, inservíveis ao Estado e que serão de grande utilidade àquele município.

Ressalte-se, a bem da verdade, que referida célula municipal fez a doação de um terreno ao Estado, no qual foi providenciada a construção de um moderno e confortável prédio, em fase de acabamento, com a finalidade de ali ser instalado o mesmo Grupo Escolar "Engenheiro José Faria Saldanha".

Por outro lado, as instalações de madeira, objeto deste projeto, servirá dentre outras coisas, para a construção de escolas isoladas, que servirão, por certo, à população estudantil rural do município em tela.

Assim, pois, e por se tratar de medida das mais justas, apresentamo-la à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando se-lhe de apoio e aprovação final.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 51-73

I — De autoria do ilustre Deputado José Muggiati Filho, o Projeto de Lei em questão autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar "Engenheiro José Faria Saldanha".

II — A proposição está articulada e justificada nos termos do Regimento Interno e, do ponto de vista constitucional e legal a mesma poderá ser aprovada.

É o Parecer, S.M.J.

EM 16-5-73

(aa) Antonio Costa — Presidente

Dep. Quilse Crisostomo da Silva — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 51-73

1 — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado José Muggiati Filho, visa autorizar o Poder Executivo a doar, ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar "Engenheiro José Faria Saldanha".

2 — A matéria que ora examinamos já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe examinarmos nesta Comissão de Finanças, não vemos razão de deixar de acolher a presente proposição.

4 — Pelo exposto nosso parecer é pela sua aprovação.

É o parecer, em 30.5.73

(aa) Quilse Crisóstomo — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 51-73

1. O projeto de lei ora em exame, de autoria do nobre Deputado José Muggiati Filho, visa autorizar o Poder Executivo a doar, ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar "Engenheiro José Faria Saldanha".

2. Esta proposição já mereceu pareceres favoráveis quanto aos aspectos legal, constitucional e financeiro das douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3. Dadas as razões apresentadas pelo ilustre autor, na justificação do projeto, no vemos nada há opor quanto ao mérito da presente propositura, razão pela qual somos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de XI de 1973.

Bossari Netto — Presidente

Arthur de Souza — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)



1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 247-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 85-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em Regime de Urgência. — Aprovado.  
MENSAGEM 85-73 Curitiba, 5 de outubro de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, para realização de serviços comuns aos municípios que integram a Região, estabelecida nos termos da Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de junho de 1973.

A criação de Regiões Metropolitanas, pela sua elevada significação mereceu destacado tratamento na Carta Magna da Nação, cujo artigo 164 textualmente preceitua:

“Art. 164 — A União, mediante lei complementar, poderá, para a realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios, que independente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade sócio-econômica”.

A Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de junho de 1973, respaldada nas disposições constitucionais acima transcritas, estabeleceu, no País, oito Regiões Metropolitanas, entre as quais a de Curitiba, compreendendo esta, os municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandrituba e Balsa Nova.

Prevê, ainda, a Lei Complementar Federal n.º 14-73, a criação, por lei estadual, de um Conselho Deliberativo e de um Conselho Consultivo em cada Região Metropolitana, dando aquele ato legislado da União as linhas básicas quanto à composição e competência de tais Conselhos.

Assim, a Administração Estadual, em inteira consonância com as normas básicas consubstanciadas na Lei Complementar, determinou aos Órgãos Competentes fossem realizados os necessários estudos no sentido do perfeito equacionamento do assunto, a fim de que a Região Metropolitana de Curitiba possa, no mais breve espaço de tempo, ter o seu crescimento harmonicamente orientado e definido através do “Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana” conforme preconizam normas emanadas do Governo Federal.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, que, logo após ao advento da lei ora proposta será elaborado pelo Conselho Deliberativo, constituir-se-á o documento fundamental para orientação do desenvolvimento de Região e bem assim para programação dos serviços de interesse comum aos municípios integrantes.

Os serviços comuns reputados de interesse metropolitano, são, segundo a Lei Federal, os seguintes:

- I — planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II — saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública;
- III — uso do solo metropolitano;
- IV — transportes e sistema viário;
- V — produção e distribuição de gás combustível canalizado;
- VI — aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal; e
- VII — outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

Entre várias alternativas, o Poder Executivo preferiu a contida no Plano de Lei ora encaminhado, por ser a que oferece melhores condições de plena, integral e perfeita exequibilidade, sem impor pesado ônus ao erário, visto que a Coordenação da Região Metropolitana — COMEC, dotada de autonomia técnica e administrativa, terá uma estrutura simples, mas inteiramente suficiente para assegurar a colimação de seus reais objetivos. Compõe-se-á a COMEC, dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, aludidos no art. 2.º da Lei Complementar 14-73, e, de uma Secretaria Administrativa, podendo, ainda, contar com o assessoramento de órgãos já existentes na área estadual e municipal, mormente da Coordenação do Planejamento Estadual, através da qual será vinculada ao Governador do Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Emilio Gomes — Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

### CAPÍTULO I

#### Da Organização

Art. 1.º — Fica instituída a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, visando a realização de serviços comuns aos municípios que integram a região metropolitana de Curitiba, estabelecida nos termos do art. 164, da Constituição da República e da Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de junho de 1973.

Art. 2.º — O território da região metropolitana é área contínua constituída dos atuais municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandrituba e Balsa Nova.

Art. 3.º — A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba dotada de através da Coordenação do Planejamento Estadual e terá sede e fóro em Curitiba, autonomia técnica e administrativa, será vinculada ao Governador do Estado.

Art. 4.º — A COMEC é composta dos Conselhos Deliberativo e Consultivo aludido no art. 2.º da Lei Complementar Federal n.º 14-73 e de uma Secretaria Administrativa.

Art. 5.º. O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros, sendo um deles indicado pelo município de Curitiba e outro pelos demais municípios integrantes da região metropolitana, todos nomeados pelo Governador do Estado.

§ 1.º. O representante do Município de Curitiba será indicado em lista tripartite, pelo Prefeito.

§ 2.º. O representante dos demais municípios da região será indicado pela maioria absoluta de seus Prefeitos.

§ 3.º. O Presidente do Conselho Deliberativo é o Secretário de Estado responsável pelo Planejamento Estadual.

Art. 6.º. O Conselho Consultivo, dirigido pelo Presidente do Conselho Deliberativo compor-se-á de um representante de cada município integrante da região nomeado pelo Governador do Estado.

### CAPÍTULO II Da Competência

Art. 7.º. Compete basicamente a COMEC;

I Cumprir o disposto no art. 164, da Constituição Federal, nos termos de sua legislação complementar;

II — promover elaborar, aprovar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado da região;

III — promover, coordenar e elaborar estudos, projetos e programas, harmonizando-os com os das diretrizes do planejamento regional;

IV — realizar pesquisas destinadas a fornecer e atualizar os dados necessários ao planejamento integrado da região;

V — coordenar os serviços comuns de interesse metropolitano empreendidos pelo Estado e Municípios da região;

VI — articular-se com os órgãos da União objetivando a compatibilização dos programas de interesse metropolitano;

VII — coordenar a elaboração de programas e projetos de obra, atividades e serviços de interesse metropolitano, consubstanciados em orçamentos anuais e plurianuais;

VIII — propor aos poderes competentes expedição de medidas legislativas e administrativas;

IX — estabelecer diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, bem como colaborar com os municípios na sua elaboração, visando sua adequação ao planejamento integrado da região metropolitana;

X — propor desapropriações e estabelecer limitações e servidões administrativas necessárias à suas atividades e finalidades;

XI — opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano;

XII — obter e fornecer recursos técnicos e financeiros para consecução de seus objetivos;

XIII — promover, mediante convenio e através dos órgãos competentes, a execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado da região metropolitana, ultrapassaram a capacidade executiva dos municípios;

XIV — celebrar convenios, constituir consórcios e delegar atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais;

XV — providenciar transferência ou alienação de bens desapropriados para fins de renovação urbana; e

XVI — exercer todos os poderes de administração da Entidade.

Art. 8.º. Compete basicamente ao Conselho Deliberativo:

I — Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana;

II — promover a programação dos serviços comuns aos Municípios da Região;

III — coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

IV — formular as diretrizes da política de desenvolvimento da região;

V — aprovar o Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana, bem como os planos setoriais e relativos aos serviços comuns;

VI — propor alterações na área territorial da região;

VII — aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos especializados; e

VIII — deliberar sobre a criação de empresas de âmbito metropolitano.

Art. 9.º. Compete ao Conselho Consultivo:

I — Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da região metropolitana;

II — sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução de serviços comuns;

III — opinar sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Conselho Deliberativo; e

IV — opinar sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, bem como os planos setoriais decorrentes e relativos aos serviços comuns.

Art. 10. Compete à Secretaria Administrativa:

I — Executar as decisões dos Conselhos Deliberativo e Consultivo a ela relacionadas;

II — promover, coordenar e dirigir a execução dos serviços administrativos da COMEC; e

III — contratar pessoal, serviços e fornecimentos de materiais necessários à instalação funcionamento e manutenção da COMEC.

### CAPÍTULO III Dos Serviços Metropolitanos

Art. 11. Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região:

I — Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II — saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública;

III — uso do solo metropolitano;

IV — transporte e sistema viário;

V — produção e distribuição de gás combustível canalizado;

VI — aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal; e

VII — outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

Art. 12. As obras relativas aos serviços mencionados no artigo anterior serão executadas por órgãos competentes do Estado, ou mediante convenios ou contratos, com órgãos da União ou dos Municípios participantes.

### CAPÍTULO IV A Administração

Art. 13. A COMEC proverá as necessidades de sua administração, podendo firmar acordos, convênios ou ajustes com outras entidades de direito público ou privado, para fins de cooperação, execução de leis, assistência técnica e prestação de serviços.

Art. 14. Decreto do Poder Executivo Estadual aprovará a estrutura interna, regulamentação e regimentos dos órgãos da COMEC, seu quadro funcio-



nal e salários bem como fixará a forma de remuneração dos Membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo.

Art. 15. Os servidores da COMEC serão submetidos ao regime de Legislação Trabalhista.

Art. 16. Os servidores públicos do Estado e dos Municípios bem como os servidores e empregados de seus órgãos de administração indireta que forem colocados à disposição da COMEC conservarão seu regime jurídico e filiação previdenciária.

#### CAPÍTULO V

##### Das Disposições Gerais

Art. 17. Os órgãos estaduais, as empresas de âmbito metropolitano e as entidades que, através de convenio, executarem programas e projetos de interesse da região metropolitana, deverão pautar sua ação pelas diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região, nos seus aspectos gerais ou setoriais.

Art. 18. As entidades e órgãos atualmente encarregados de serem comuns compreendidos como de interesse regional, manterão as diretrizes existentes enquanto não sejam tomadas resoluções específicas da COMEC.

Art. 19. As empresas e entidades de âmbito metropolitano serão, pela forma adequada, vinculadas à COMEC.

Art. 20. As deliberações da COMEC terão forma de resolução e serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 21. Os Municípios da região, ao realizarem obras e serviços que tenham forçosamente reflexos e implicações sobre outros Municípios, deverão submeter os projetos previamente à aprovação da COMEC.

Art. 22. As obras e serviços do Governo Estadual a serem implantadas na área metropolitana, pelos seus órgãos e entidades, deverão ser realizados coordenadamente com as diretivas da COMEC, nos planos setoriais e do Plano de Desenvolvimento Integrado, em harmonia com o planejamento regional e municipal respectivo.

Art. 23. Mediante convênio o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) exercerá a função de órgão interno de planejamento da Região e de assessoramento dos Conselhos.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com instalação e funcionamento da COMEC, mediante o cancelamento de igual valor em dotações constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 25. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PROJETO DE LEI N. 247-73

###### PARECER

O Projeto de Lei em testilha, oriunda-se da Mensagem Governamental n.º 85-73, em que o Senhor Governador do Estado encaminha para fins constitucionais, medida que visa instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, para realização de serviços comuns aos municípios que integram a Região, estabelecida nos termos da Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de junho de 1973.

Os serviços comuns reputados de interesse metropolitano, são segundo a Lei Federal, os seguintes:

- I — planejamento integrado do desenvolvimento econômico social;
- II — saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública;
- III — uso do solo metropolitano;
- IV — transportes e sistema viário;
- V — produção e distribuição de gás combustível canalizado;
- VI — aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a Lei Federal; e
- VII — outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei Federal.

Segundo o Projeto apresentado, o plano oferece condições de plena, integral e perfeita exequibilidade, sem impor pesado onus ao erário, considerando que a Coordenação da Região Metropolitana — COMEC, será dotada de autonomia técnica e administrativa e possuirá uma estrutura simples, mas, segundo a Mensagem Governamental, inteiramente suficiente para assegurar a colimação de seus reais objetivos.

Compõe-se-á, ainda a COMEC, dos Conselhos Deliberativos e Consultivo, aludidos no artigo 2.º, da Lei Complementar 14-73 e de uma Secretaria Administrativa, podendo, ainda contar com o assessoramento de órgãos já existentes na área estadual e municipal, mormente da Coordenação do Planejamento Estadual, através da qual será vinculada ao Governador do Estado.

Considerando o elevado interesse da matéria, é solicitada pela Mensagem do Governador, que a mesma seja apreciada na forma prevista pelo parágrafo 3.º do artigo 25, da Constituição do Estado, ou seja, o prazo de 45 dias, a contar do seu recebimento.

Sob o aspecto constitucional, legal e formal, a proposição é conforme.

Quanto à oportunidade, nada há a contestar, pelo que opino pelo ACO-LHIMENTO do Projeto, para posterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1973.

(aa) ANTONIO COSTA — Presidente  
QUIELSE C. DA SILVA — Relator  
ass. ilegíveis

#### Comissão de Finanças

##### PARECER

##### AO PROJETO DE LEI N. 247-73

I) — Projeto de relevante interesse para o Estado do Paraná, vai instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

Para tanto o Poder Executivo já previu no corpo do Projeto, a abertura de créditos especiais a fim de fazer face às despesas de instalação e funcionamento da "COMEC".

II) — Nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em  
QUIELSE CRISOSTOMO

ass. ilegível — Relator  
ass. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 250-73, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n.º 88-73, encaminhando anteprojeto de Lei, solicitando autorização para permutar mediante prévia avaliação, área de terreno da gleba Maringá, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs 1 a 10, do Jardim Clementino, no Município de Marialva, de propriedade da Firma Indústrias de Óleos Nata S.A. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

#### MENSAGEM N. 88-73

Curitiba, 5 de outubro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, a área de terreno remanescente do lote n.º 36-A, da Gleba Patrimônio Maringá, com área aproximada de 5.984,54 m<sup>2</sup> de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs 1 a 10 da quadra n.º 3 do Jardim Clementino, do Município de Marialva, com área total de 3300,00 m<sup>2</sup>, de propriedade da Firma Indústria de Óleos Nata S.A.

A permuta de imóveis cuja autorização é objeto do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, tendo-se em conta que o lote n.º 36-A de propriedade do Estado por sua localização e área, é, segundo informações dos Órgãos Técnicos competentes inconveniente para a destinação que se pretendia dar a tal imóvel qual seja a edificação de residências para operários do DER e prédio para dependências do 10.º Distrito Rodoviário sediado em Maringá. Por outro lado se efetivada a questionada permuta melhores condições serão ensejadas para a edificação das obras de interesse do DER, uma vez que os lotes ofertados pela ÓLEOS NATA S.A. estão localizados em zona mais adequada, inclusive sendo dotados de todos os melhoramentos públicos.

Vale ressaltar, ainda, que a pretendida permuta virá, sem dúvida alguma, contribuir grandemente para o desenvolvimento de Maringá, visto que a Indústria de Óleos Nata S.A., cuja fábrica limita-se com o lote do Estado, pretende ampliar suas atividades, vindo, com isso, ensejar maior oferta de mão de obra.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(e) EMILIO GOMES — Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a permutar mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades legais, a área de terreno remanescente do lote n.º 36-A, da Gleba Patrimônio Maringá, com a área aproximada de 5.984,54m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes de n.ºs 1 a 10, da Quadra n.º 3 do Jardim Clementino, do Município de Marialva, com área total de 3.300,00 m<sup>2</sup> de propriedade da firma Indústria de Óleos Nata S.A.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Comissão de Constituição e Justiça

##### PARECER

##### AO PROJETO DE LEI N. 250-73

O Projeto de Lei enfocado, oriunda-se da Mensagem Governamental n.º 8-73, encaminhando a este Poder Legislativo, matéria objetivando autorizar o Poder Executivo a permutar, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, a área de terreno remanescente do lote n.º 36-A, da Gleba Patrimônio Maringá, com a área aproximada de 5.984,54m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs 1 a 10, da quadra n.º 3 do Jardim Clementino, do Município de Marialva, com a área total de 3.300,00m<sup>2</sup>, de propriedade da Firma Indústria de Óleos Nata S.A.

Segundo a referida Mensagem Governamental, a área a ser permutada, por sua localização, é, segundo ainda informações dos órgãos técnicos competentes, inconveniente para a destinação que se pretendia dar a tal imóvel, qual seja, a edificação de residências para operários do DER e prédio para dependências do 10.º Distrito Rodoviário, sediado em Maringá.

Por outro lado, concretizada a permuta referida, melhores condições serão oferecidas para a edificação das obras de interesse do DER, já que os lotes ofertados pela ÓLEOS NATA S.A. estão localizados em zona mais adequada, inclusive sendo dotados de todos os melhoramentos públicos.

Constitucionalmente, legalmente e formalmente, a Proposição está conforme.

Quanto à oportunidade, nada há a contestar.

Pela Aprovação do Projeto para ulterior trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1973.

ANTONIO COSTA — Presidente  
VIDIO FRANZONI — Relator

#### Comissão de Finanças

##### PARECER

##### AO PROJETO DE LEI N. 250-73

I) — O Projeto que já foi aprovado na Comissão de Justiça, está devidamente justificado.

Apesar de tratar-se de Mensagem Governamental, nenhum problema de ordem financeira apresenta-se, que concorra para aumentar ou diminuir a despesa pública.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em

QUIELSE CRISOSTOMO — Relator  
ass. ilegível — Relator  
ass. ilegíveis

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Ofício firmado pelo sr. Pedro Caímon (1.º):



"INSTITUTO HISTÓRICO e  
GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Comissão Nacional do Centenário de Plácido de Castro  
Av. Augusto Severo n.º 8 — Rio. GB

Gabinete do Presidente:

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1973.

Exmo. Sr.

Deputado João Mansur

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
Curitiba — Paraná.

Senhor Presidente,

1. O Exmo. Senhor Presidente da República, por Decreto n.º 71.355, de 10 de novembro de 1972, criou a Comissão Nacional por nós presidida, com a incumbência de programar e coordenar as Comemorações do Centenário de Plácido de Castro.

2. Conforme consta do programa dessas comemorações, aprovado pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, temos a insigne honra de solicitar e sugerir a Vossa Excelência sejam relembradas, em Sessão desse alto órgão do Poder Legislativo Estadual, a vida e a obra do bravo riograndense, que, ao lado do Barão do Rio Branco, integrou o atual Estado do Acre à comunidade nacional.

3. A maioria das solenidades programadas deverá ocorrer nos meses de outubro, novembro, até 12 de dezembro, data natalícia do homenageado.

4. Com os protestos de nossa mais elevada estima e consideração, subcrevemo-nos

Atenciosamente.

(a) — PEDRO CALMON

Presidente da Comissão.

Esta Presidência marca uma Sessão Especial para o dia 27 de novembro, convocando os Senhores Líderes da Arena e M.D.B., no sentido de que apresente cada um dos Partidos um elemento que deverá falar na referida Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Maresi, Fiscal da Prefeitura de Cambira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Domício Scaramella e Quielso Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oscar Rech, ocorrido em Palmas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Rodrigues Moreira, ocorrido na cidade de Jaboti. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, pelo Jubileu de Ouro Sacerdotal do Frei Timóteo, ocorrido no Município de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 184-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 136-73, em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 268-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente de Sessão anterior com sua discussão adiada solicitando voto de aplauso pelas declarações do ex-Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek, publicado no jornal "O Estado do Paraná", cumprimentando o Sr. Deputado Federal e Presidente Nacional do M.D.B., Sr. Ulysses Guimarães pelo lançamento de sua candidatura à Presidência da República. — **Em discussão.**

O SR. DOMÍCIO SCARAMELA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pediria a V. Exa. uma certidão da Ata do dia 14 do corrente, quando consta que apresentamos o Requerimento. E também a verificação de quorum com chamada nominal antes da votação desse Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Deferidos os Requerimentos. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicitaria que V. Exa. tocasse a campanha para alertar aos Srs. Deputados que se encontram nas salas vizinhas.

(Soam as campanhas)

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Solicitaria ao Sr. Deputado Antônio Belinati que se mantivesse na 2.ª Secretaria, de acordo com o Regimento Interno da Casa. Responderam a chamada nominal 26 Srs. Deputados, prosseguiremos com a votação do Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella. Em votação. — **Rejeitado.**

(Lendo): "A Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, cumprindo disposições contidas na Lei Complementar de n.º 15, de 13 de agosto de 1973, combinadas com as Resoluções n.ºs. 9.480 e 9.483, de 31 de agosto e 13 de setembro de 1973, respectivamente, ambas do Tribunal Superior Eleitoral, convoca Sessão Extraordinária para quinta-feira próxima, dia 22 de novembro, com a especial finalidade de eleger os Delegados desta Assembléia — e respectivos suplentes — que integrarão o colégio eleitoral que escolherá novo Presidente da República na eleição marcada para 15 de janeiro de 1974".

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, perdoo-me mas não me apercebi do horário fixado para a reunião extraordinária convocada por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A Hora Regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 154-73 — 174-73 — 178-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 51-73 — 247-73 e 250-73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 51-73 e de Lei n.ºs. 176-73 e 210-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 185-72 — de autoria do deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica, destinada a aprendizagem industrial, no Mun. de São José dos Pinhais. PROJETO DE LEI N.º 95-73 — de autoria dos deputados Borsari Neto e Maurício Fruct, que dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 105-73 — de autoria do deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio através do D.E.R., com a Prefeitura de Ribeirão Claro, para a construção de uma ponte sobre o rio Anhumas. PROJETO DE LEI N.º 128-73 — de autoria do deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE. PROJETO DE LEI N.º 132-73 — de autoria do deputado Maurício Fruct, que declara de utilidade pública a AMAR — Assistência ao Menor para Amparo e Recuperação, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 147-73 — de autoria do deputado Paulo Poli, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Prof. Dr. Oscar Martins Gomes. PROJETO DE LEI N.º 148-73 — de autoria do deputado Borsari Neto, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, da cidade de Uraí. PROJETO DE LEI N.º 191-73 — de autoria do deputado Borsari Neto, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros do Paraná. PROJETO DE LEI N.º 200-73 — de autoria do deputado Borsari Neto, que declara de utilidade pública a Assistência Social de Andirá, com sede na cidade do mesmo nome. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Lélcio Guimarães Sotomaior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 185-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º. A Escola terá, além de um Ginásio Técnico Industrial, cursos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades de mão-de-obra, especializada no Município de São José dos Pinhais.

Art. 3.º. O curso ginásial técnico terá a duração letiva de 4 (quatro) anos e os demais cursos o tempo necessário à sua aprendizagem, de acordo com as normas vigentes no ensino profissional.

Art. 4.º. A Escola Técnica funcionará sob regime de fundação e o seu sistema de ensino funcionará sob estado de semi-internato.

Art. 5.º. O regime financeiro e didático da Escola Técnica será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e regimento interno.

Art. 6.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 95-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º. Os efluentes das redes de esgotos, os resíduos líquidos das indústrias e os resíduos sólidos domiciliares ou industriais somente poderão ser lançados às águas situadas no território do Estado, "In-Natura" ou depois de tratados, quando as águas receptoras, após o lançamento, não sofrerem poluição.

§ 1.º. Para efeito deste artigo, considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas das águas que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar das populações e ainda, possa comprometer a flora e a fauna aquática e a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais e recreativos.

§ 2.º. O lançamento dos efluentes e dos resíduos de que trata este artigo dependerá de autorização expressa da "ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS".

Art. 2.º. Na regulamentação desta Lei, as águas do Estado serão classificadas e enquadradas de acordo com o seu uso preponderante, fixando-se os limites admissíveis e as condições de lançamento de efluentes e resíduos domésticos e industriais.

Art. 3.º. As atribuições decorrentes desta Lei ficam cometidas à ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.

Art. 4.º. As pessoas físicas e jurídicas que infringirem esta Lei serão punidas com a multa diária de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos regionais enquanto perdurar a infração, podendo a autoridade competente interditar as instalações causadoras da poluição das águas, até que cesse o motivo da poluição.

§ 1.º. A aplicação das penalidades de que trata este artigo não impede que outras ações paralelas de responsabilidade penal sejam tomadas.

§ 2.º. As importâncias arrecadadas através da aplicação de multas serão destinadas à ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.

Art. 5.º. Esta Lei será regulamentada dentro de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação.

Art. 6.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Relatores



## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 105-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para a construção de uma ponte sobre o rio Anhumas.

Art. 2.º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta das verbas especificadas no convênio a ser celebrado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 123-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA — APAE.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 132-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a AMAR — ASSISTENCIA AO MENOR PARA AMPARO E RECUPERAÇÃO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 147-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Doutor Oscar Martins Gomes.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 48-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE URAÍ, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 191-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 200-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Assistência Social de Andirá — ASA, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Antônio Lopes Júnior — Relatores

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## 7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

## ATA DA 12.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, às 14,30 (quatorze e trinta) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Gilberto Carvalho, Alvaro Dias, Wilson Fortes, Antonio Lopes Junior. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 90-73 — de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo reverter a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes de terra n.ºs. 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 24 e 25, quadra 14, Vila São Joaquim na referida cidade, tendo em vista sua não utilização pelo Estado aos fins que se destinavam. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 218-73 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, professor primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa Relator João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 247-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 85-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Relator Senhor Deputado Quielise C. da Silva parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 250-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 88-73, encaminhando anteprojeto de lei, solicitando autorização para permutar, mediante prévia avaliação área de terreno da Gleba Maringá de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs. 1 a 10, do Jardim Clementino no município de Marialva de propriedade da Firma Industrias de Oleos Nata S/A Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 04-73 — Aprova os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícias locais, mediante aplicação de dotações do Funrespol e de Verbas dos referidos Municípios. — Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Terezinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quielise C. da Silva — Presidente

Terezinha B. de M. e Claro — Secretária

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

## 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

## ATA DA 8.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: — Antônio Lopes Júnior, Alvaro Dias e Olavo Ferreira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: — PROJETO DE LEI N.º 118-73 — de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, construir através da Secretaria de Obras Públicas o prédio para funcionamento da Escola Normal Irene Rickli, sediada no município de Cascavel. Relator: Deputado Alvaro Dias Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 171-73 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo denominar "Irmão Ruperto Félix", um dos estabelecimentos de ensino oficial do Estado. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 142-73 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria a Inspeção Regional de Ensino de Rondon, com sede na cidade do mesmo nome e com jurisdição sobre o município de Rondon, Indianópolis e Guaporema. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO N.º 528-67 — de autoria da Câmara Municipal de Londrina, expediente, apelando a este Poder Legislativo no sentido de garantir ao professor contratado do Paraná, direito de estabilidade de no serviço público a exemplo do que acontece em outros Estados da Federação como especifica. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Encaminha à Secretaria de Educação e Cultura como contribuição aos Estudos do Estatuto do Magistério. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

a) Dep. Antônio Lopes Júnior — Presidente

a) Maria Aparecida Amaral — Secretária